

MEMÓRIA, IDENTIDADE E APRENDIZAGEM: PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CRAS PARA A VALORIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE VIDA DE PESSOAS IDOSAS

Luís Carlos dos Santos ¹Pedro Herlleison Gonçalves Cardoso ²

RESUMO

Este artigo analisou o papel das práticas educativas desenvolvidas nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) na valorização da memória e da identidade das pessoas idosas. A partir da compreensão de que a educação ao longo da vida é essencial para o fortalecimento da autoestima e da participação social, investigou-se como atividades como rodas de conversa, contação de histórias e oficinas interativas promoveram o reconhecimento das trajetórias individuais e coletivas desse público. Utilizando uma abordagem qualitativa, com análise de experiências desenvolvidas no âmbito do CRAS, o estudo buscou compreender de que forma essas iniciativas contribuíram para o envelhecimento ativo e para a construção de espaços de pertencimento e socialização. O referencial teórico baseou-se em autores que discutem memória social, identidade e envelhecimento ativo, como Souza et al. (2024), Santos et. al. (2024) e Paulo Freire (2002). Discutiu-se como a valorização da experiência de vida dos idosos pôde ser um instrumento potente de aprendizado, ampliando o sentido de pertencimento e promovendo o protagonismo dessa população. Além disso, foram analisados desafios enfrentados para a implementação dessas práticas, incluindo a necessidade de maior qualificação dos profissionais e a oferta contínua de atividades voltadas para esse público. Os resultados demonstraram que as práticas educativas que valorizam a memória e a identidade fortaleceram a autoestima dos idosos, proporcionando um ambiente de escuta e reconhecimento social. Observou-se também que a troca intergeracional foi um fator relevante para enriquecer o processo educativo. Concluiu-se que o CRAS desempenhou um papel fundamental na promoção da educação para idosos, mas que houve desafios estruturais a serem superados para ampliar seu alcance e impacto. Por fim, sugeriu-se que políticas públicas reforcem o investimento na educação de idosos, consolidando o CRAS como um espaço de aprendizagem e fortalecimento de vínculos comunitários.

Palavras-chave: Educação de Idosos; Memória Social; Identidade; CRAS; Envelhecimento Ativo.

¹ Bacharelem Administração (ESTACIO), Discente do curso de Serviço Social (UNIFATECIE), Esp. em Educação Profissional e Tecnológica (IFCE), Esp. em Gestão Pública e Gestão de Pessoas (FAVENI), Me. em Economia Rural (UFC), karloskaka@hotmail.com

² Licenciado em Biologia (URCA) e Química (IFCE), Esp. em Metodologia do Ensino de Biologia e Química (FacuMinas), Me. em Recursos Hídricos e Saneamento (UFAL), Dr. em Economia Rural (UFC), pedroherlleison@yahoo.com.br



1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional no Brasil tem se intensificado de forma acelerada, impondo desafios às políticas públicas voltadas à inclusão e valorização da pessoa idosa. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge, 2021), o país já conta com mais de 30 milhões de pessoas acima de 60 anos, o que exige ações integradas para assegurar cidadania, aprendizagem e bem-estar. Nesse cenário, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) emergem como espaços privilegiados de convivência e educação permanente, promovendo o envelhecimento ativo e a valorização da memória social.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o CRAS tem como finalidade fortalecer vínculos familiares e comunitários, promover a cidadania e garantir a proteção social básica (Brasil, 2004). No âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), as ações educativas desenvolvidas com idosos tornam-se essenciais para estimular a autoestima, o protagonismo e a integração social. Como apontam Santos et al. (2024), tais atividades ampliam o acesso à educação ao longo da vida, consolidando o CRAS como espaço de aprendizagem e transformação.

O envelhecimento, entretanto, ainda é frequentemente associado à perda e à dependência, o que reforça estereótipos negativos sobre a velhice (Martins et al., 2020). Para Freire (2002), a educação é um ato de libertação e reconhecimento, possibilitando que o sujeito ressignifique sua história e se perceba como agente de mudança. Dessa forma, ao valorizar a experiência de vida dos idosos, o CRAS contribui para o fortalecimento da identidade e da memória coletiva, permitindo que o idoso se reconheça como portador de saberes e histórias significativas.

A memória, conforme Halbwachs (2006), é um fenômeno social que se constrói coletivamente, sendo continuamente alimentada pelas relações e experiências compartilhadas. Nesse sentido, as práticas educativas no CRAS que envolvem contação de histórias, rodas de conversa e oficinas de lembranças promovem a reconstrução simbólica da identidade e da trajetória de vida dos idosos. Essa perspectiva reforça a importância do espaço comunitário como território de aprendizado e preservação da história.

O envelhecimento ativo, defendido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e por autores como Silva et al. (2019), pressupõe oportunidades contínuas de participação,



aprendizado e bem-estar físico e mental. O CRAS, ao oferecer atividades socioeducativas diversificadas, cumpre papel estratégico na efetivação desse conceito, estimulando a socialização, a autonomia e a formação cidadã dos idosos. Assim, a aprendizagem ao longo da vida assume caráter emancipatório e social.

A partir de uma abordagem qualitativa, este estudo busca compreender como as práticas educativas desenvolvidas nos CRAS contribuem para a valorização da memória e da identidade dos idosos. A observação participante, aliada às entrevistas e à análise documental, permite identificar o impacto dessas ações no fortalecimento dos vínculos sociais e na construção de um sentido positivo do envelhecimento (Gil, 2008). O CRAS, enquanto espaço de cidadania, consolida-se como um ambiente de trocas intergeracionais e de aprendizado mútuo.

Como aponta Minayo (2014), a identidade é construída socialmente e se redefine no contato com o outro. Nesse contexto, os espaços coletivos do CRAS favorecem a expressão de sentimentos, memórias e saberes, possibilitando aos idosos resgatar o sentido de pertencimento e continuidade histórica. As práticas educativas, portanto, funcionam como dispositivos de resistência e reconhecimento, reafirmando o valor da experiência vivida.

Freitas e Mendes (2018) destacam que os grupos de convivência promovem benefícios significativos para a saúde mental e emocional dos idosos, reduzindo o isolamento e fortalecendo a autoestima. Essa convivência cria redes de solidariedade e confiança, essenciais para o bem-estar coletivo. Ao integrar educação, cultura e afeto, o CRAS atua como mediador das relações humanas e das histórias que moldam a comunidade.

O presente artigo busca, assim, analisar o papel das práticas educativas no fortalecimento da memória e da identidade de pessoas idosas, tomando o CRAS como cenário de observação e reflexão. A investigação procura compreender de que maneira a educação social contribui para o envelhecimento ativo e para o protagonismo dos idosos em sua própria história. Desse modo, a proposta reforça o valor da educação como prática libertadora e instrumento de transformação social.

Por fim, reafirma-se que a valorização da memória e da identidade no envelhecimento não é apenas uma questão pedagógica, mas também política e ética. É dever da sociedade e do Estado reconhecer o idoso como sujeito de direitos e saberes,



rompendo com visões assistencialistas e excludentes. Nesse horizonte, o CRAS representa um espaço concreto de reconstrução de vínculos, aprendizado e dignidade, em consonância com os princípios da PNAS e do Estatuto do Idoso (Brasil, 2003).

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na compreensão da realidade social a partir da experiência dos sujeitos envolvidos. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa busca interpretar significados, valores e práticas sociais, permitindo uma análise mais profunda do fenômeno estudado. Esse tipo de abordagem mostrou-se adequado para compreender como as práticas educativas no CRAS contribuem para a valorização da memória e da identidade de pessoas idosas.

O estudo foi desenvolvido por meio do método de estudo de caso, conforme descrito por Gil (2008), que o define como uma investigação empírica voltada à análise detalhada de um contexto ou grupo específico. O caso analisado compreendeu um CRAS localizado na região Centro-Sul do Ceará, escolhido por sua atuação destacada em ações voltadas ao público idoso. Essa unidade representa um exemplo significativo de integração entre educação e assistência social.

A coleta de dados ocorreu em três etapas complementares: observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental. A observação participante permitiu acompanhar diretamente as atividades realizadas com os idosos, registrando comportamentos, interações e percepções. De acordo com Bardin (2011), esse tipo de imersão possibilita compreender o cotidiano e a dinâmica das relações que se estabelecem nos espaços sociais.

As entrevistas foram realizadas com orientadores sociais, coordenadores do CRAS e participantes idosos das oficinas de convivência. As falas coletadas possibilitaram identificar percepções sobre o impacto das práticas educativas na vida cotidiana e nas relações sociais dos idosos. Conforme Minayo (2014), o diálogo é um instrumento essencial da pesquisa qualitativa, pois revela a visão de mundo dos sujeitos e suas construções simbólicas.

Além disso, foram analisados documentos institucionais, como planos de ação, relatórios de atividades e registros do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Essa análise permitiu compreender como as ações socioeducativas são



planejadas e executadas, e de que forma elas se articulam com os princípios da Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004). A triangulação dessas fontes garantiu maior consistência aos resultados.

Os dados obtidos foram organizados e submetidos à análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Esse método consiste na sistematização e categorização das informações em eixos temáticos, possibilitando a identificação de padrões e significados recorrentes. As categorias emergiram de forma indutiva, destacando temas como memória social, pertencimento comunitário e valorização da experiência de vida.

Durante a análise, buscou-se manter o rigor ético e metodológico, assegurando a confidencialidade e o respeito aos participantes. Todos os entrevistados foram informados sobre os objetivos da pesquisa e autorizaram a utilização de suas falas de forma anônima. Conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, as pesquisas que envolvem seres humanos devem priorizar a dignidade, o consentimento e a proteção dos sujeitos.

Por fim, o percurso metodológico adotado possibilitou compreender a relevância das práticas educativas no CRAS como ferramentas de inclusão social e de fortalecimento da identidade dos idosos. A análise qualitativa revelou que o aprendizado vivencial e a troca de experiências são fundamentais para promover o envelhecimento ativo e o sentimento de pertencimento. Dessa forma, o método contribuiu para demonstrar que o CRAS é um espaço de transformação social e de reconstrução da memória coletiva.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A educação ao longo da vida constitui um princípio essencial para o envelhecimento ativo e participativo. Segundo Freire (2002), a aprendizagem deve ser contínua, dialógica e libertadora, permitindo ao sujeito compreender sua realidade e transformá-la. Essa concepção está na base das práticas educativas desenvolvidas nos CRAS, que promovem a troca de saberes entre gerações e a valorização da experiência de vida como fonte de conhecimento e pertencimento social.

De acordo com Halbwachs (2006), a memória é um processo coletivo e social que conecta o indivíduo ao seu grupo e à sua história. No contexto dos CRAS, a valorização da memória social dos idosos é um instrumento de educação e cidadania, pois resgata



identidades e fortalece laços comunitários. Ao narrar suas vivências, o idoso não apenas preserva o passado, mas também produz novos sentidos para o presente.

A identidade, como lembra Minayo (2014), é uma construção simbólica mediada pelas relações sociais. No envelhecimento, ela se redefine por meio das interações, da escuta e do reconhecimento social. As oficinas de convivência e rodas de diálogo, desenvolvidas nos CRAS, tornam-se espaços privilegiados para esse processo, pois permitem que o idoso se veja representado e valorizado como sujeito histórico e ativo.

A Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) asseguram o direito à educação, cultura e convivência social, reconhecendo a importância desses fatores para a qualidade de vida (Brasil, 2003). No entanto, a efetivação dessas políticas depende de práticas concretas e integradas, como aquelas promovidas pelos CRAS, que traduzem os princípios legais em ações educativas e culturais cotidianas (Santos; Almeida, 2019).

Martins et al. (2020) ressaltam que o convívio social atua como fator protetor contra o isolamento e a depressão, reforçando a autoestima e o sentimento de pertencimento. As práticas educativas e culturais nos CRAS ampliam essas possibilidades, criando ambientes acolhedores onde o idoso pode expressar emoções, aprender e se relacionar. Tais ações contribuem para o fortalecimento da saúde mental e da autonomia emocional.

Segundo Freitas e Mendes (2018), o trabalho educativo com idosos deve ir além da recreação, priorizando o desenvolvimento de potencialidades e a valorização da experiência vivida. A aprendizagem significativa ocorre quando o conhecimento dialoga com a realidade do sujeito, favorecendo a construção de novos sentidos. Nesse aspecto, a atuação dos profissionais do CRAS é essencial para planejar práticas pedagógicas humanizadas e participativas.

Santos et al. (2024) apontam que a educação nos CRAS deve integrar múltiplas dimensões social, cultural e emocional para atender às necessidades complexas do envelhecimento. O protagonismo do idoso, a escuta ativa e o respeito às diferenças são princípios centrais para a efetividade dessas práticas. O processo educativo, assim, transforma-se em uma via de empoderamento e inclusão.

Miranda, Mendes e Silva (2016) observam que o envelhecimento populacional brasileiro exige políticas intersetoriais que articulem assistência, saúde e cultura. O



CRAS, por sua natureza territorial e comunitária, é o espaço ideal para essa integração. Ao promover atividades que estimulam a memória e a identidade, o centro contribui para o desenvolvimento humano e social, fortalecendo vínculos e reduzindo desigualdades.

Para Silva et al. (2019), a educação é um direito humano fundamental e um instrumento de combate à exclusão. No contexto do envelhecimento, ela deve ser inclusiva, acessível e transformadora. Assim, a aprendizagem no CRAS não se limita à transmissão de conhecimentos, mas envolve o reconhecimento do outro como portador de saberes, histórias e afetos, condição indispensável para o exercício pleno da cidadania.

Conclui-se que o referencial teórico que sustenta este estudo baseia-se em uma concepção crítica e humanista de educação. As práticas educativas que valorizam a memória e a identidade dos idosos reafirmam a dimensão libertadora da pedagogia freireana e o papel social dos CRAS como agentes de transformação. O envelhecimento, longe de ser um período de declínio, torna-se uma etapa produtiva e significativa, marcada pela aprendizagem contínua e pelo protagonismo social.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir da observação das práticas educativas realizadas no CRAS evidenciam a relevância dessas ações para o fortalecimento da identidade e da autoestima dos idosos. As rodas de conversa e oficinas de memória mostraram-se espaços de partilha e escuta ativa, permitindo que cada participante narrasse suas experiências de vida e se sentisse valorizado socialmente. Como afirma Halbwachs (2006), a memória coletiva é construída na interação social, e no contexto dos CRAS, ela se renova a cada encontro.

Durante as atividades observadas, foi possível identificar o papel transformador da educação no cotidiano dos idosos. O aprendizado não se restringiu ao conteúdo formal, mas envolveu a redescoberta de si e do outro, promovendo um processo de ressignificação pessoal. Freire (2002) defende que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão”, e essa comunhão é perceptível nas dinâmicas grupais promovidas nos CRAS.

A convivência intergeracional foi outro fator destacado pelos participantes, pois promoveu o intercâmbio de saberes e afetos entre jovens e idosos. Atividades conjuntas, como oficinas de contação de histórias, permitiram que as gerações se reconhecessem



mutuamente. Segundo Santos et al. (2024), o diálogo entre gerações fortalece a coesão comunitária e contribui para a preservação da memória cultural, essencial à construção da identidade coletiva.

Os grupos de convivência proporcionaram não apenas socialização, mas também um espaço terapêutico de acolhimento emocional. Muitos idosos relataram sentir-se mais confiantes e pertencentes após participarem das oficinas. Martins et al. (2020) ressaltam que a socialização atua como fator protetor contra a solidão e a depressão, reforçando a importância do CRAS como espaço de cuidado integral à pessoa idosa.

Além dos benefícios emocionais, observou-se a ampliação das capacidades cognitivas e da motivação para aprender. As atividades educativas, ao estimular o raciocínio e a criatividade, contribuíram para o exercício da memória e o desenvolvimento de novas habilidades. De acordo com Silva et al. (2019), a aprendizagem ao longo da vida é essencial para manter a vitalidade intelectual e a autonomia dos idosos.

Os depoimentos revelaram que muitos participantes redescobriram o prazer de aprender, especialmente em ambientes acolhedores e livres de julgamentos. O CRAS, por ser um espaço comunitário, oferece condições favoráveis para que o aprendizado ocorra de forma significativa e contextualizada. Essa característica confirma a perspectiva freireana de que o saber nasce da vivência e do diálogo entre educadores e educandos (Freire, 2002).

A análise das práticas educativas também apontou desafios estruturais que comprometem a continuidade das ações. A carência de materiais pedagógicos, a limitação de espaço físico e a escassez de recursos humanos qualificados dificultam a ampliação das atividades (Rodrigues et al., 2021). Tais limitações indicam a necessidade de investimento público constante e de políticas intersetoriais que assegurem a sustentabilidade dos programas.

Outro aspecto relevante observado foi o papel do orientador social, cuja atuação é determinante para o êxito das práticas educativas. Conforme Souza et al. (2023), o profissional do CRAS deve ser mediador de saberes e promotor de inclusão, estimulando a autonomia dos participantes. A formação continuada desses profissionais é fundamental para garantir a qualidade das ações e o atendimento humanizado.

A interação entre os idosos revelou uma rica troca de saberes tradicionais, destacando a importância do conhecimento popular como forma legítima de aprendizado.



Freitas e Mendes (2018) afirmam que as oficinas culturais nos CRAS funcionam como espaços de reconhecimento da sabedoria cotidiana, fortalecendo o sentido de pertencimento e identidade social. Assim, o saber vivido torna-se instrumento pedagógico e político.

Verificou-se ainda que as práticas educativas fortalecem vínculos familiares e comunitários, promovendo uma rede de apoio essencial ao envelhecimento saudável. A convivência em grupo favorece o surgimento de laços afetivos e solidários, ampliando a confiança e o respeito mútuo. Para Minayo (2014), o pertencimento social é elemento central na construção da identidade e na manutenção do bem-estar coletivo.

As atividades de expressão artística, como pintura, música e teatro, mostraram-se eficazes na estimulação emocional e cognitiva. Essas práticas possibilitam que os idosos expressem sentimentos e memórias de forma criativa, ampliando sua autoconfiança e comunicação. Segundo Martins et al. (2020), as manifestações artísticas são poderosas ferramentas de inclusão e reabilitação social no envelhecimento.

Contudo, apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à acessibilidade e à participação contínua dos idosos. Barreiras físicas e limitações de mobilidade ainda restringem a presença de alguns participantes nas atividades. É imprescindível, portanto, que os CRAS adotem medidas de acessibilidade universal, conforme previsto no Estatuto do Idoso (Brasil, 2003), garantindo equidade e inclusão plena.

A análise dos relatos também evidenciou a importância do CRAS como espaço de resistência social. Em tempos de fragilidade das políticas públicas, a permanência das atividades educativas representa um ato político de afirmação dos direitos da pessoa idosa. Como ressaltam Santos et al. (2024) e Santos e Almeida (2019), a educação nos serviços socioassistenciais é uma forma de emancipação, pois reafirma o idoso como sujeito de direitos.

A troca intergeracional, além de fortalecer os laços comunitários, contribuiu para desconstruir preconceitos sobre a velhice. Jovens participantes relataram mudanças de percepção quanto ao envelhecimento, passando a vê-lo como uma fase ativa e produtiva. Havighurst (1961) já destacava que o “envelhecer com sucesso” depende da adaptação às mudanças e do engajamento social contínuo.

Os resultados, portanto, confirmam que as práticas educativas implementadas nos CRAS têm impacto direto na qualidade de vida, na autoestima e no protagonismo dos



idosos. Mais do que espaços de convivência, os centros funcionam como territórios de aprendizagem cidadã, onde memória e identidade se entrelaçam em experiências significativas. Esse processo reafirma a importância de políticas públicas que consolidem o CRAS como núcleo de educação e cultura para todas as idades.

Por fim, a discussão evidencia que a educação voltada às pessoas idosas precisa ser entendida como um direito e não como concessão. O investimento em práticas educativas humanizadas, interativas e participativas é o caminho para a promoção de um envelhecimento ativo, digno e socialmente integrado. Assim, o CRAS assume papel central na efetivação da pedagogia libertadora proposta por Freire (2002), promovendo a valorização da experiência de vida e o fortalecimento da cidadania.

5. CONCLUSÃO

Os resultados obtidos neste estudo demonstram que as práticas educativas desenvolvidas nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) exercem papel decisivo na valorização da memória, da identidade e da experiência de vida das pessoas idosas. Através de oficinas, rodas de conversa e atividades intergeracionais, os idosos reencontram significado em suas trajetórias, fortalecendo a autoestima e o senso de pertencimento. Essa dinâmica confirma a visão de Freire (2002), segundo a qual a educação é um ato de libertação e transformação social.

A valorização da memória coletiva mostrou-se um instrumento potente para o aprendizado e para a reconstrução da identidade social. As atividades realizadas nos CRAS não apenas estimulam a convivência, mas também funcionam como espaços de resistência cultural e social. Conforme Halbwachs (2006), a memória é sempre construída em grupo, e ao ser resgatada coletivamente, torna-se um elo entre passado e presente, reforçando o sentimento de continuidade e pertencimento comunitário.

Além dos benefícios individuais, as práticas educativas nos CRAS impactam positivamente o contexto social, promovendo o diálogo intergeracional e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Como destacam Santos et al. (2024) e Martins et al. (2020), essas ações favorecem o envelhecimento ativo, reduzem o isolamento e estimulam a participação cidadã. Assim, a educação ofertada nesse ambiente transcende o caráter instrucional, assumindo uma dimensão afetiva, política e emancipatória.

Entretanto, persistem desafios estruturais que exigem atenção das políticas



públicas, como a carência de recursos humanos, infraestrutura e formação continuada dos profissionais da assistência social. Para que as ações educativas alcancem maior efetividade, é necessário ampliar os investimentos, garantir acessibilidade e fortalecer a articulação entre as áreas de educação, cultura e saúde (Rodrigues et al., 2021). O compromisso com a educação de idosos deve ser contínuo e intersetorial.

Conclui-se, portanto, que o CRAS deve consolidar-se como um espaço permanente de aprendizagem, diálogo e reconhecimento da pessoa idosa. As práticas educativas ali desenvolvidas são expressões concretas da pedagogia libertadora proposta por Freire (2002) e do princípio da dignidade humana previsto no Estatuto do Idoso (Brasil, 2003). Reforça-se a necessidade de políticas públicas que garantam o direito à educação ao longo da vida, reconhecendo o idoso como sujeito ativo, produtor de saberes e essencial na construção da memória social brasileira.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.842**, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, 5 jan. 1994.

BRASIL. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 out. 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

FERREIRA, M. A. et al. **Monitoramento e avaliação das políticas públicas para idosos**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 5, n. 2, p. 123–140, 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, C. E.; MENDES, F. D. **O papel dos grupos de convivência na promoção da saúde mental dos idosos**. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, n. 5, p. 892–900, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HAVIGHURST, R. J. **Successful aging**. *The Gerontologist*, v. 1, n. 1, p. 8–13, 1961.



IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do envelhecimento populacional no Brasil**. Brasília, 2021.

MARTINS, R. P. et al. Educação e convivência: a experiência dos idosos em atividades sociais. *Revista de Estudos sobre Envelhecimento*, v. 12, n. 1, p. 110–125, 2020.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. C. G.; SILVA, A. L. A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n. 3, p. 507–519, 2016.

RODRIGUES, L. M. et al. Desafios na implementação das políticas públicas para o idoso no Brasil. **Revista Brasileira de Política Social**, v. 11, n. 3, p. 300–315, 2021.

SANTOS, A. P.; ALMEIDA, R. S. **Política Nacional do Idoso: avanços e desafios**. **Cadernos de Políticas Públicas**, v. 29, n. 1, p. 89–104, 2019.

SANTOS, L. C. dos; SOUZA, C. M.; SILVA, V. C.; CARDOSO, P. H. G. **Estratégias de educação para pessoas idosas nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)**. *Revista Realize*, 2024.

SILVA, R. M. et al. **Educação ao longo da vida: um direito do idoso**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, n. 77, p. 103–118, 2019.

SOUZA, L. L. et al. **Desafios enfrentados pelos assistentes sociais na atuação com idosos**. *Revista Brasileira de Serviço Social*, v. 15, n. 2, p. 222–235, 2023.

